



Realidade das Tarifas de Energia Elétrica no Brasil

WWW.ACENDEBRASIL.COM.BR

Não houve erro no repasse da Parcela A



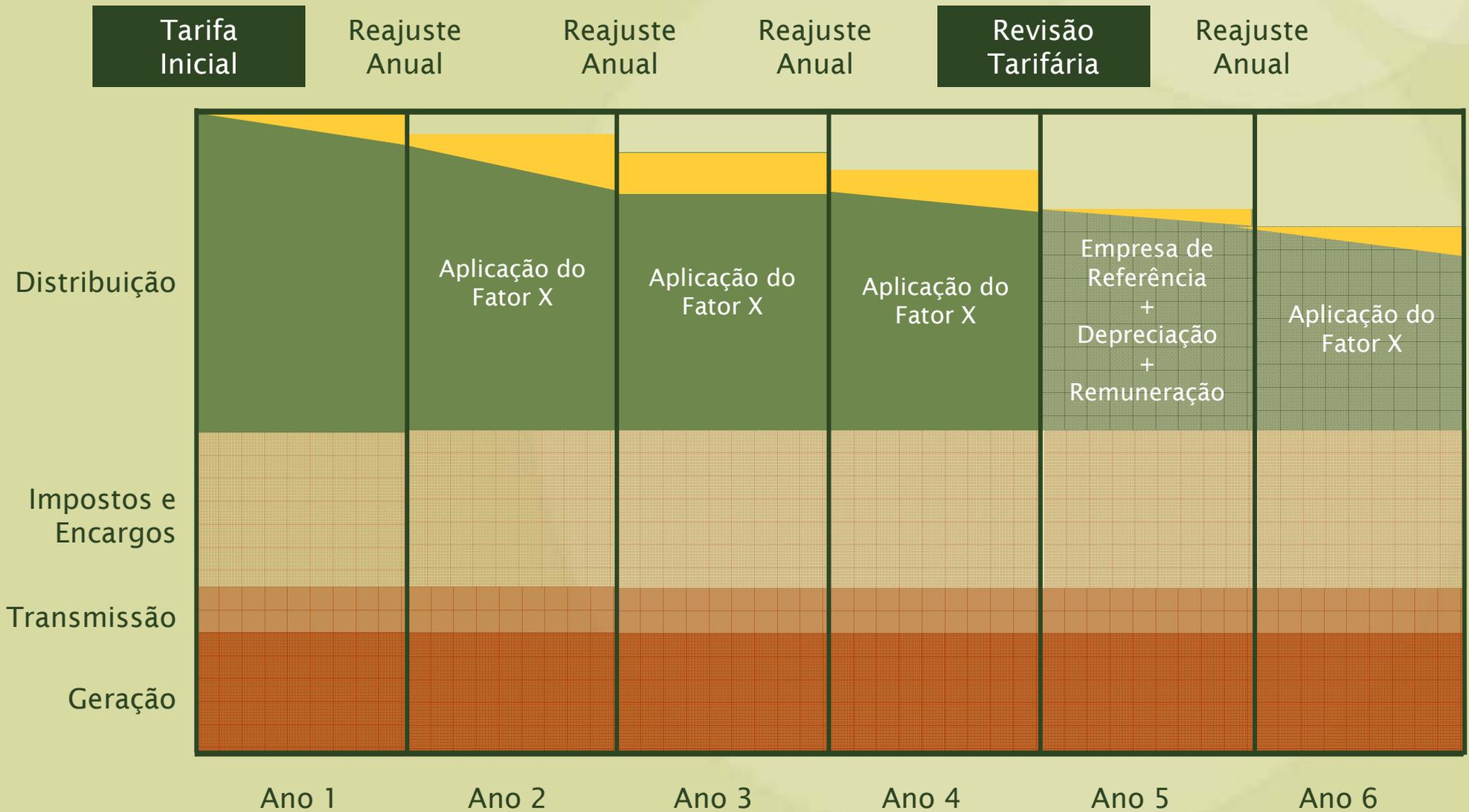
- ❑ A portaria interministerial de 24/01/02 foi concebida para garantir, via tarifa, o repasse de encargos criados por governos e Congresso. As empresas são meras coletoras para as receitas que cobrem iniciativas públicas.
- ❑ As empresas assumem todo o risco em cenários de mercado inferior às previsões
- ❑ Afirmar que houve perda de R\$ X bilhões com base em um único aspecto da Regulação é precipitado e discricionário
- ❑ Declaração oficial da Aneel: “não houve erro no cálculo dos reajustes”
- ❑ A Regulação é composta de vários elementos e a função de Regulador é a de equilibrar as pressões naturais de governos, empresas e consumidores
- ❑ Há vários componentes que não foram reconhecidos e que poderiam ser interpretados como “benéficos ao consumidor”. Exemplo:
 - ❑ “Prejuízo” para os consumidores: repasse da Parcela A no caso de mercado maior que previsão
 - ❑ “Prejuízo” para as empresas: repasse da Parcela A no caso de mercado menor que previsão, reconhecimento de taxa de perdas comerciais (gatos), inadimplência, custos judiciais para defender a própria Regulação etc)

O foco deve ser a diminuição de impostos e encargos



- ❑ Se não houvesse cobrança de encargos este problema nem existiria
- ❑ Impostos e encargos embutidos na conta de luz:
 - ❑ Impostos Explícitos: ICMS, Pis/Pasep/Cofins, Iluminação Pública
 - ❑ Impostos Ocultos: IPVA (do governo estadual); IRPJ, CSLL , ITR, INSS e FGTS (do governo federal), e ISS e IPTU (do governo municipal).
 - ❑ Encargos: CCC, CDE, RGR, CFURH, TFSEE, ESS, ONS, EER, entre outros.
- ❑ O consumidor já pagou neste ano R\$ 44 bilhões em impostos e encargos (R\$ 1 bilhão a cada 9 dias)
- ❑ Todos os impostos e encargos são criados e/ou aprovados pelo Legislativo

Exemplo de aplicação dos mecanismos de correção das tarifas



 Ganho de produtividade das empresas

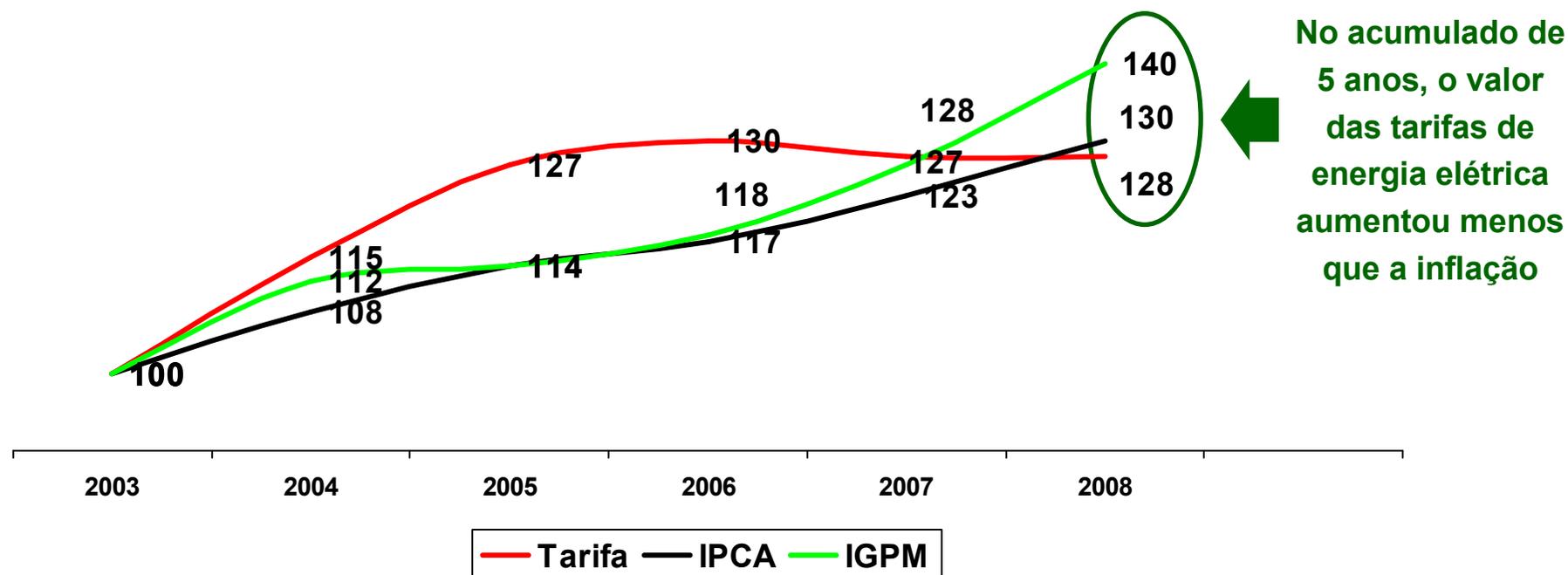
 Ganho de produtividade para consumidor

Conta de Luz vs. Inflação

Nos últimos 5 anos o aumento das tarifas de eletricidade foi inferior aos principais índices de inflação (IPCA e IGPM)*

Evolução da Tarifa de Eletricidade vs. Índices de Inflação

Base 100 = 2003



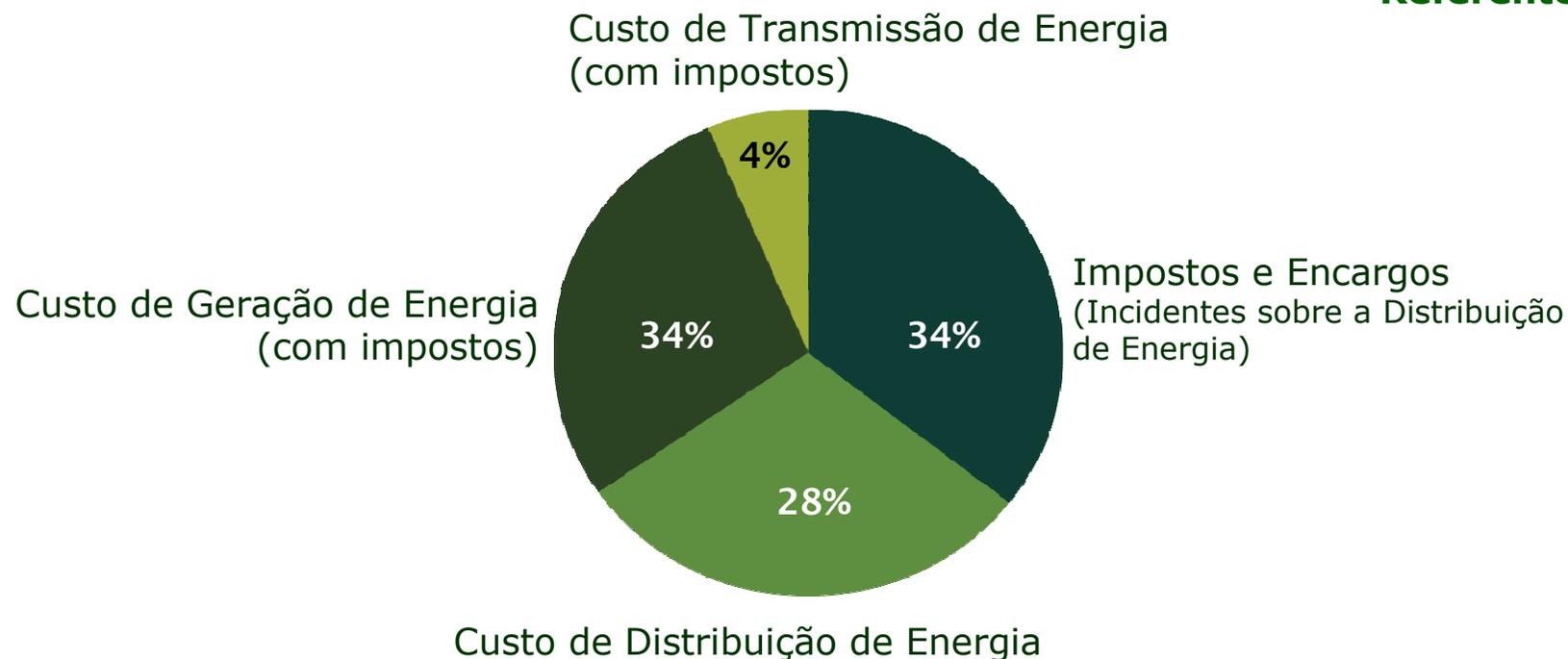
Fonte: ANEEL-SAD, IBGE, FGV. Índices referentes a dezembro de cada ano.

Componentes da Tarifa de Energia Elétrica



Para explicar o comportamento das tarifas é necessário compreender que ela é composta por custos de Geração, Transmissão, Distribuição e Impostos e Encargos

- Referente a 2008 -



Somando-se os 34% de impostos e encargos com os impostos já embutidos na Geração e Transmissão, a tributação total do Setor Elétrico chega a 45%, conforme estudo da PriceWaterhouse&Coopers

Fonte: Levantamento feito em junho/julho de 2009 pelo Instituto Acende Brasil junto a 21 distribuidoras que representam 45% do mercado de energia do país (Base de Dados e Metodologia disponíveis no Anexo 1)

Responsabilidade pela Gestão dos Componentes da Tarifa



As distribuidoras são responsáveis por apenas 28% da tarifa. Para os demais 72%, a distribuidora simplesmente coleta os recursos e os repassa integralmente à Geração, Transmissão e aos Governos (Impostos e Encargos)

Atividade	Participação (em 2008)	Descrição	Gerenciado pela distribuidora
Geração	34%	<ul style="list-style-type: none">• Custo da geração de energia a partir de diversas fontes (hídrica, térmica, eólica etc.)	não
Transmissão	4%	<ul style="list-style-type: none">• Custo das linhas de transmissão para transportar energia do local onde é gerada até as redes de distribuição	não
Impostos e Encargos	34%	<ul style="list-style-type: none">• Impostos e subsídios recolhidos pelos Governos por meio da conta de luz	não
Distribuição	28%	<ul style="list-style-type: none">• Custo com a gestão, operação e manutenção das redes de distribuição para atendimentos aos consumidores	sim

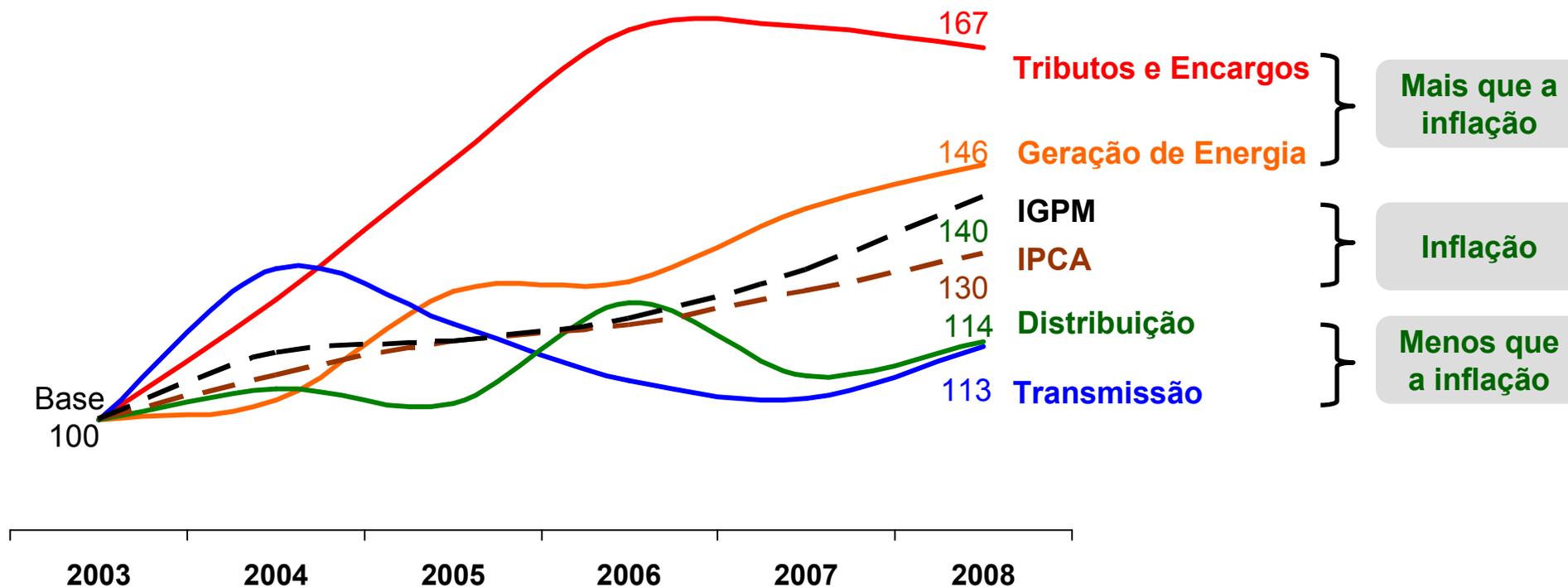
Fonte: Levantamento feito em junho/julho de 2009 pelo Instituto Acende Brasil junto a 21 distribuidoras que representam 45% do mercado de energia do país (Base de Dados e Metodologia disponíveis no Anexo 1)

Evolução dos Componentes da Tarifa

Os maiores responsáveis pelo aumento da tarifa de eletricidade são os custos de Geração e a Carga Tributária (Impostos e Encargos) sobre o setor elétrico

Evolução do Custo dos Componentes da Tarifa de Eletricidade vs. Índices de Inflação

Base 100 = 2003



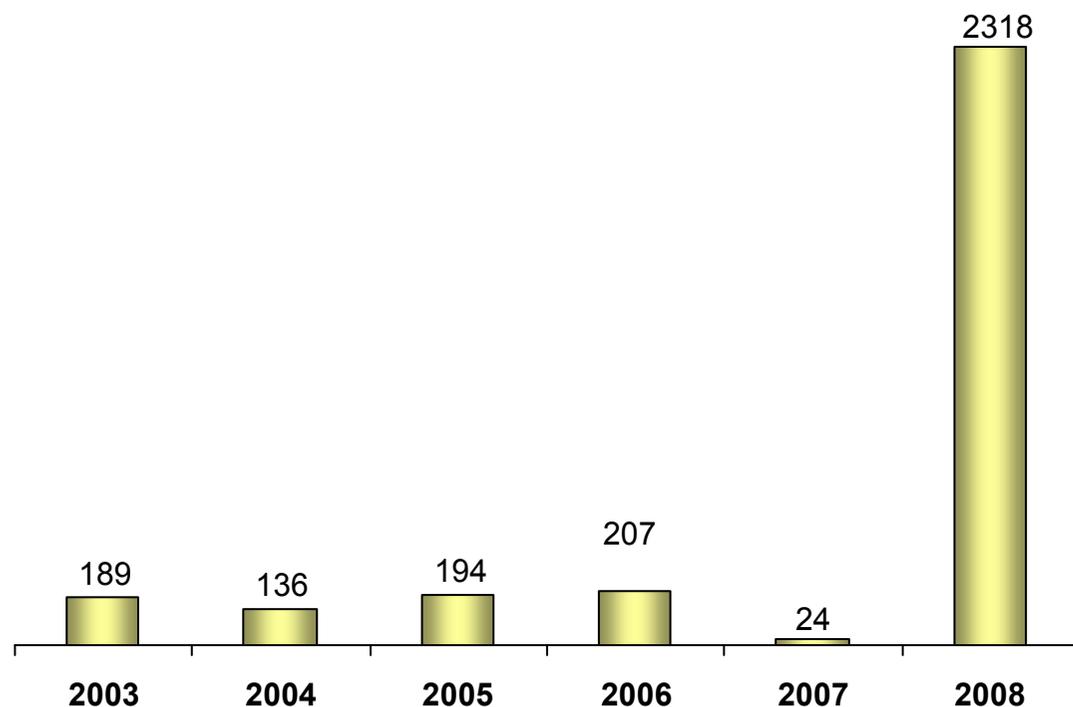
Fonte: Levantamento feito em junho/julho de 2009 pelo Instituto Acende Brasil junto a 21 distribuidoras que representam 45% do mercado de energia do país (Base de Dados e Metodologia disponíveis no Anexo 1)

Motivos do Aumento dos Custos de Geração de Energia

Em 2008, o Governo Federal modificou a política operativa do sistema. Isso gerou um custo adicional de R\$ 2,3 bilhões que foram repassados à conta de luz

Evolução do Encargo de Serviço do Sistema (ESS)

- em R\$ milhões -



- Em 2008, o Governo, por meio do CMSE*, implementou uma nova política operativa para o sistema que gerou um custo adicional de geração elétrica de R\$ 2,3 bilhões
- O custo adicional desta mudança operativa é repassado às tarifas por meio de um encargo (Encargo de Serviço de Sistema – ESS)
- Até hoje o Governo Federal não apresentou a análise de custo-benefício que balizou esta decisão

* Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico
Fonte: CCEE

Motivos do Aumento da Carga Tributária



A tarifa de energia elétrica tem sido onerada pela criação e elevação de encargos setoriais embutidos na conta de luz

Participação dos Encargos Setoriais na Receita Bruta das Empresas

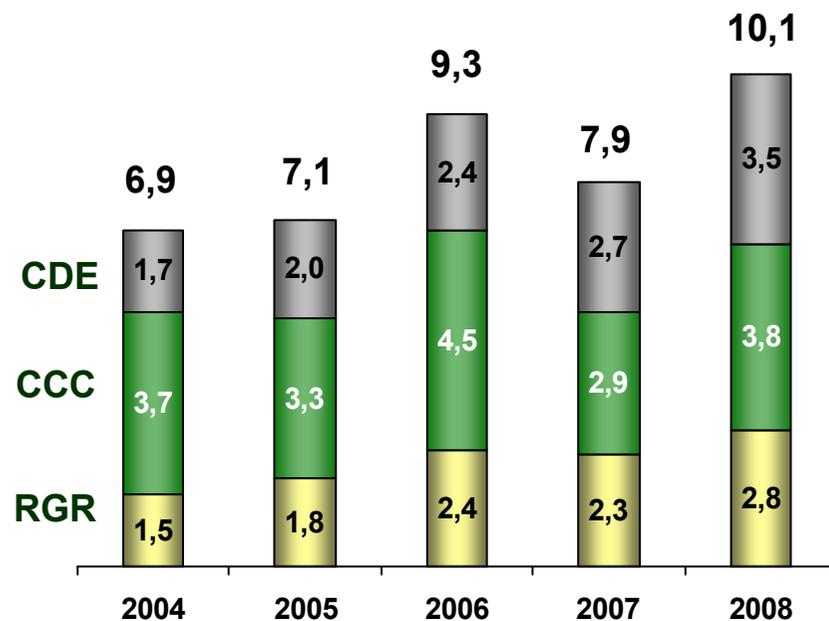
Encargos	1999	2002	2003	2004	2005	2006	Variação no Período
CCC	2,81%	4,54%	3,07%	4,22%	2,96%	4,95%	76%
CDE	0,00%	0,00%	1,64%	1,84%	0,53%	2,08%	Imposto novo
CFURH	0,86%	0,86%	1,02%	1,00%	2,27%	0,93%	8%
ONS	0,03%	0,03%	0,04%	0,05%	0,06%	0,06%	100%
TFSEE	0,29%	0,21%	0,23%	0,24%	0,22%	0,22%	-26%
RGR	2,15%	1,63%	1,52%	1,55%	1,37%	1,33%	-38%
Outros	0,03%	0,13%	0,13%	0,11%	0,13%	0,13%	333%
Total	6,17%	8,79%	10,08%	11,69%	9,38%	10,12%	64%

Fonte: PriceWaterhouse&Coopers, 2007, disponível em www.acendebrasil.com.br

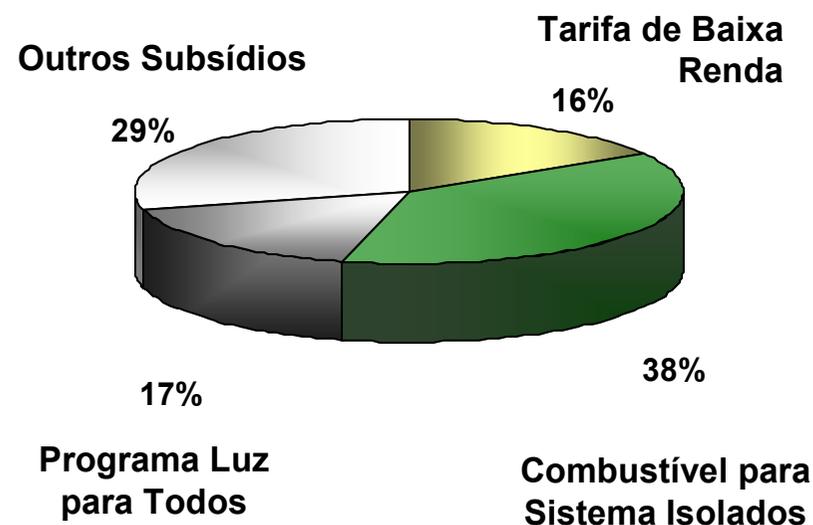
Motivos do Aumento da Carga Tributária

A pressão de alta sobre os encargos setoriais se deve em parte à criação de políticas públicas às custas dos consumidores de energia elétrica

Arrecadação dos Principais Encargos Setoriais
Em R\$ bilhões



Aplicação dos 3 Principais Encargos
Total (2008): R\$ 10,1 bilhões



O Congresso deveria evitar a criação de novos encargos para apoiar políticas públicas que não sejam precedidas de análise detalhada de seus impactos sobre a conta de luz

Motivos do Aumento da Carga Tributária



A mudança do PIS/COFINS do regime não cumulativo para o cumulativo elevou a carga tributária incidente sobre o setor elétrico com reflexos na conta de luz

Participação dos Impostos Federais na Receita Bruta das Empresas

Impostos	1999	2002	2003	2004	2005	2006	Variação no Período
IRPJ	2,54%	1,53%	2,52%	2,51%	3,66%	3,31%	30%
CSLL	0,70%	0,65%	0,95%	0,80%	0,85%	1,18%	69%
PIS/COFINS*	4,25%	4,11%	5,00	6,33%	7,67%	8,28%	95%
CPMF	0,40%	0,61%	0,60%	0,54%	0,48%	0,52%	30%
ITR	0,00%	0,00%	0,01%	0,00%	0,01%	0,00%	-
Total	7,90%	6,90%	9,08%	10,17%	12,67%	13,29%	68%

Mudança no regime de tributação do PIS/COFINS (Leis nº 10.637/02, 10.833/03, 10.865/04)

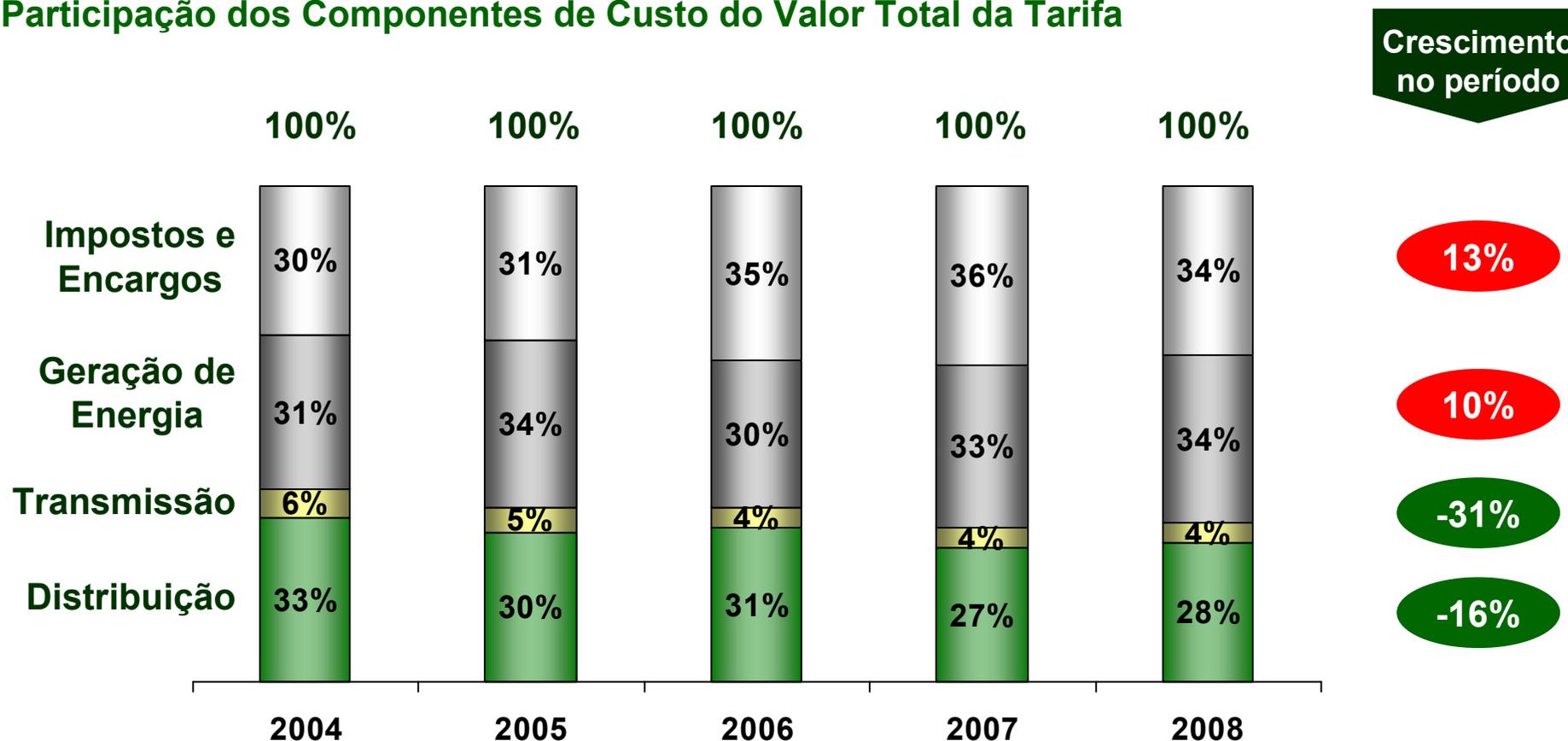
*Considera PIS/PASEP e COFINS.

•Fonte: PriceWaterhouse&Coopers, 2007, disponível em www.acendebrasil.com.br

Encarecimento da Tarifa e seus Componentes

A pressão de alta provocada pelos custos de Geração, Impostos e Encargos tem sido compensada pela compressão das parcela de Transmissão e Distribuição de Energia

Participação dos Componentes de Custo do Valor Total da Tarifa



Fonte: Levantamento feito em junho/julho de 2009 pelo Instituto Acende Brasil junto a 21 distribuidoras que representam 45% do mercado de energia do país (Base de Dados e Metodologia disponíveis no Anexo 1)

Os Responsáveis pelo Encarecimento da Tarifa de Eletricidade



É importante observar que os custos responsáveis pela pressão de alta são justamente os controlados pelo Governo e Congresso Nacional

Crescimento no período	Crescimento no período	Responsabilidade	Comentários
Impostos e Encargos	13%	Congresso Nacional	<ul style="list-style-type: none">As alíquotas dos impostos e a criação de encargos são definidas em leis aprovadas pelo Congresso Nacional
Geração de Energia	10%	e Governo	<ul style="list-style-type: none">A política operativa das usinas térmicas e o desalinhamento entre as premissas do leilão e as práticas operativas do sistema são responsabilidade do Governo Federal
Transmissão	-31%	ANEEL	<ul style="list-style-type: none">O custo de Transmissão decorre de contratos definidos em leilões pela menor tarifa
Distribuição	-16%		<ul style="list-style-type: none">O custo de Distribuição decorre das regras definidas nos contratos de concessão (de empresas estatais e privadas) e aplicadas pelo órgão regulador (Aneel)

O Instituto Acende Brasil é um Centro de Estudos que visa a aumentar o grau de Transparência e Sustentabilidade do Setor Elétrico Brasileiro. Para atingir este objetivo, adotamos a abordagem de Observatório do Setor Elétrico e estudamos as seguintes dimensões:

Para saber mais acesse
www.acendebrasil.com.br



Anexo 1:

Base de Dados e Notas Metodológicas

Anexo 1 – Base de Dados e Notas Metodológicas



Empresas	Nº de Consumidores	Energia Distribuída (GWh)	% Mercado (Consumidores)	% Mercado (Energia Distribuída)
CPFL PAULISTA	3.334.889	18.866	6%	7%
LIGHT	3.483.256	18.235	6%	7%
COELBA	3.897.048	11.403	6%	4%
ELEKTRO	2.005.070	10.055	3%	4%
CELPE	2.678.048	8.171	4%	3%
BANDEIRANTE	1.400.948	8.050	2%	3%
AMPLA	2.218.080	7.450	4%	3%
COELCE	2.490.222	6.553	4%	2%
CELPA	1.498.154	5.117	2%	2%
ESCELSA	1.100.882	4.568	2%	2%
CEMAT	875.336	4.347	1%	2%
COSERN	963.500	3.419	2%	1%
CEMAR	1.437.832	3.232	2%	1%
SAELPA	970.494	2.387	2%	1%
ENERGIPE	517.332	1.654	1%	1%
CELTINS	372.546	1.068	1%	0%
CFLCL	341.785	974	1%	0%
CAIUA	198.182	946	0%	0%
EEB	115.056	588	0%	0%
CELB	151.042	534	0%	0%
CNEE	93.002	450	0%	0%
CENF	86.762	287	0%	0%
CFLO	46.067	228	0%	0%
Empresas Consideradas	30.275.533	118.582	50%	45%
Demais Empresas	30.129.174	144.562	50%	55%
Total	60.404.907	263.144	100%	100%

Fonte: Abradee, referente ao ano de 2007

Anexo 1 – Base de Dados e Notas Metodológicas



Dados Consolidados das Empresas Participantes do Estudo

Item	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
RECEITA BRUTA (R\$ MIL)	21502104	25518626	29907264	35634019	37601097	39645515	41572056
RECEITA LÍQUIDA (R\$ MIL)	15969298	18386994	20979499	24465310	24474434	25344199	27591401
ENCARGOS (R\$ MIL)	1612406	1946393	2613079	2853949	4351461	3597861	4301368
ENERGIA (R\$ MIL)	10102946	12568085	13086109	14483834	15313270	17575565	19388258
DISTRIBUIDORA (R\$ MIL)	8427192	12987855	14128756	13859021	17767016	16575940	17528126
TRANSPORTE (R\$ MIL)	1788625	2260461	2938489	2876982	2751563	2808387	3017556
MERCADO LIVRE (GWh)	3927167	14617352	23886376	36078925	44829676	48643743	41228899
MERCADO TOTAL (GWh)	193766874	209660115	218109652	231496853	238442889	250321141	250888137
INFLAÇÃO – IPCA (%)	12,53%	9,30%	7,60%	5,69%	3,14%	4,45%	5,90%
INFLAÇÃO – IGPM (%)	25,30%	8,69%	12,42%	1,2%	3,84%	7,74%	9,80%
TARIFA – MÉDIA BRASIL (R\$/MWh)	nd	196,92	225,78	251,00	256,15	252,55	252,62

Fonte: Levantamento Instituto Acende Brasil, 2009; ANEEL-SAD, IBGE, FGV

Notas Metodológicas

1. A evolução dos custos da energia e sua participação na tarifa levou em conta o efeito do crescimento do Ambiente de Contratação Livre (ACL)
2. O levantamento da carga tributária incidente sobre a Distribuição se baseou na diferença entre receitas bruta e líquida das distribuidoras

Anexo 2:

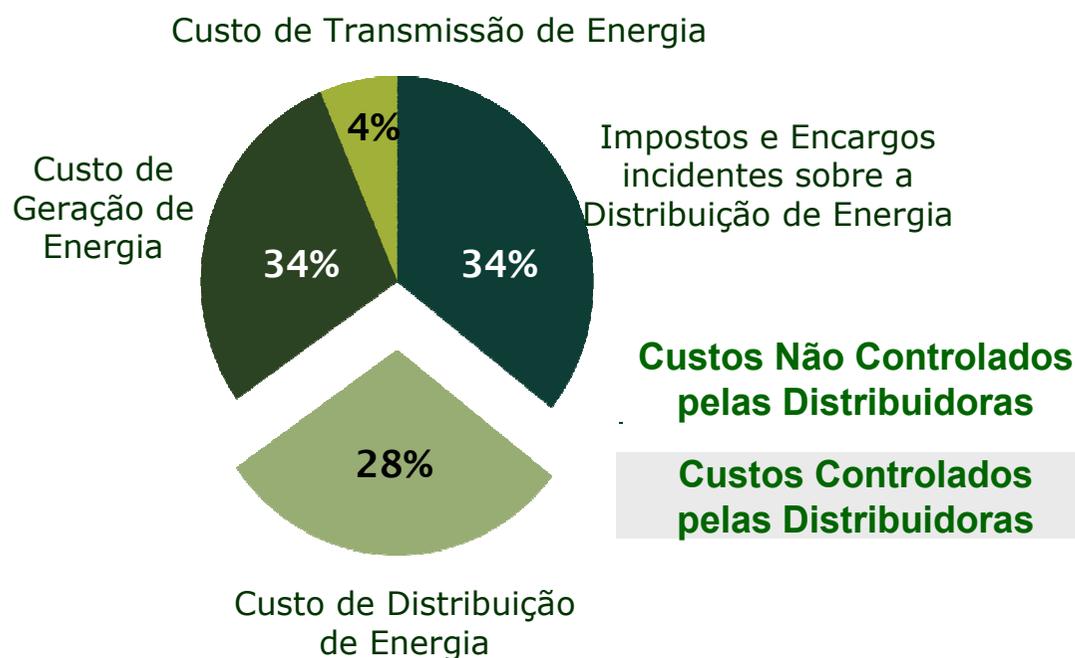
Processo de Correção das Tarifas

Anexo 2: Processo de Correção das Tarifas



As tarifas de fornecimento de energia elétrica não são definidas arbitrariamente: a Aneel define tarifas com base em metodologias e critérios pré-definidos

Componentes da Tarifa de Energia Elétrica



- Custos corrigidos conforme alíquotas dos impostos e cláusulas dos contratos de concessão e leilões de energia elétrica
- Estes custos são repassados às tarifas sem influenciar os resultados econômicos das distribuidoras
- Custos corrigidos por metodologias pré-definidas pela Aneel
 - Reajuste Anual
 - Revisão Tarifária Periódica
- Estes custos influenciam os resultados econômico-financeiros das distribuidoras

Anexo 2: Processo de Correção das Tarifas



A correção da parcela da Distribuição é feita por Reajustes Tarifários Anuais e Revisões Tarifárias Periódicas, cuja metodologia é prevista em Resoluções do órgão regulador

Reajuste Tarifário Anual

- Ocorre anualmente, exceto nos anos em que se ocorre a Revisão Tarifária Periódica
- Seus objetivos são:
 - Corrigir o efeito do processo inflacionário a partir da aplicação do índice de inflação
 - Estimular o ganho de produtividade das empresas e o repasse deste ganho aos consumidores, por meio da aplicação de um redutor tarifário definido previamente pelo órgão regulador

Revisão Tarifária Periódica

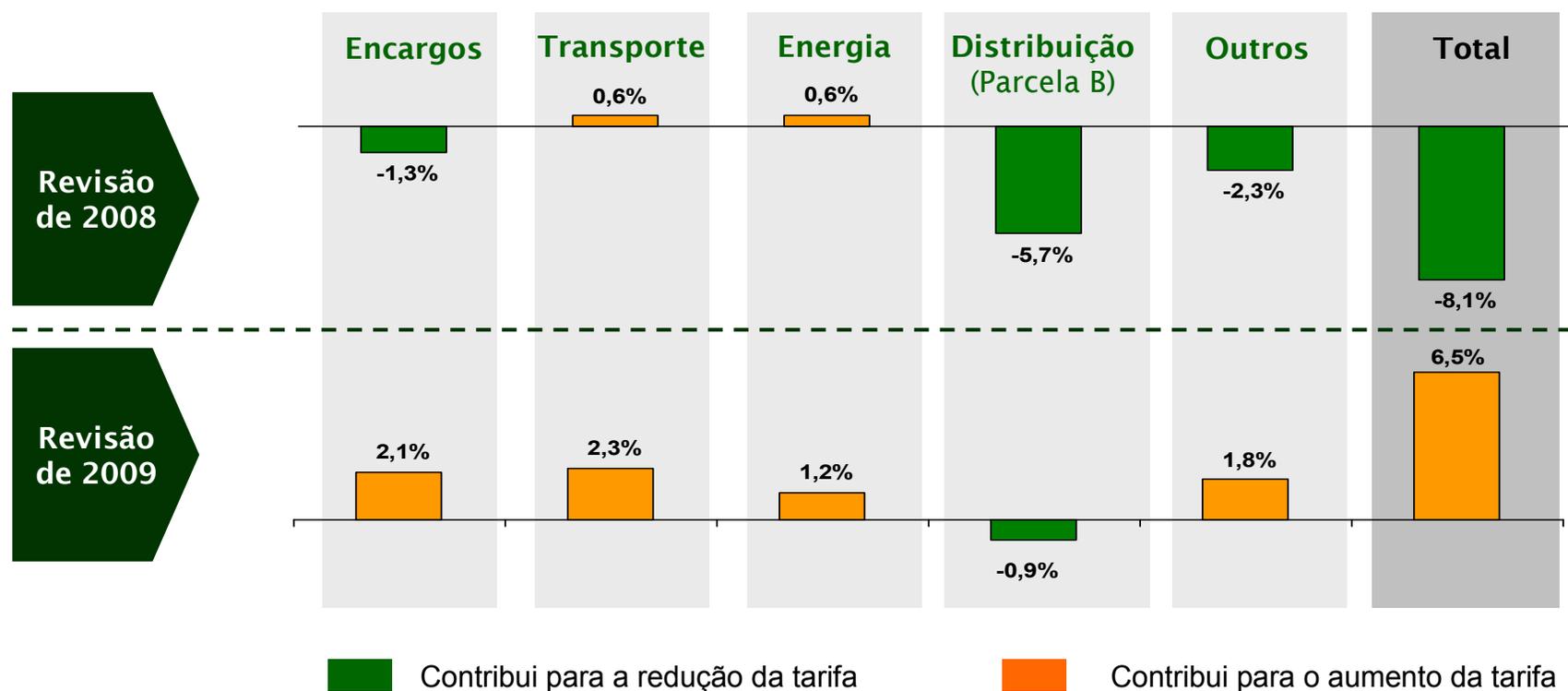
- Ocorre normalmente a cada quatro anos
- Seus objetivos são:
 - Garantir o equilíbrio econômico-financeiro da concessão com base na análise detalhada dos reais custos das empresas
 - Estimular o ganho de produtividade e repasse deste ganho aos consumidores por meio do estabelecimento de padrões de desempenho a serem perseguidos pelas empresas
 - Garantir o nível de prestação de serviço por meio da definição de padrões mínimos de qualidade
 - Redefinir o redutor tarifário a ser aplicado nos Reajustes Anuais subsequentes

Anexo 2: Processo de Correção das Tarifas



Anualmente, cada um dos componentes da tarifa é corrigido segundo seus respectivos critérios de reajuste, exercendo uma influência diferente sobre o valor da tarifa

Exemplo da Contribuição dos Componentes da Tarifa no Resultados das Revisões ¹⁾



Nota: 1) Seleção das 7 maiores distribuidoras do país, representando 47% do mercado brasileiro de distribuição
Fonte: Aneel, Análise Instituto Acende Brasil